

Mapeando as Redes de Proteção à Criança e ao Adolescente

Lívia Monique de Castro Faria

As violências, ofensas e abusos sexuais são agressões profundas ao direito de viver com dignidade, respeito e liberdade. Trata-se de um ato não permitido pela pessoa ofendida sexualmente e pode trazer conseqüências ainda mais graves quando se trata de crianças e/ou adolescentes, pois ao serem submetidos/as a esta forma de agressão podem ter todo processo de desenvolvimento comprometido pelo sofrimento psicológico que esta forma de agressão acarreta. Todas as relações nas quais crianças e/ou adolescentes são usados/as para gratificação sexual de um adulto (tocar, falar, fotografar) independente do ato sexual, caracterizado pela penetração anal ou vaginal é abuso sexual.

De acordo com Libório (2005), o fenômeno das violências sexuais nem sempre consistiu em uma violação dos direitos das crianças e adolescentes sendo fortalecido em função da promulgação do estatuto da criança e do adolescente (ECA, 1990).

A escola é fundamental no processo de enfrentamento às violências por meio de ações cidadãs que possam garantir os direitos das crianças e adolescentes, para tanto é necessário refletir, construir, desconstruir¹, questionar, resistir², problematizar os discursos.

Desta forma, tomar como procedimento metodológico a desconstrução (Furlani, 2005) pode interferir para que discursos e ações, que promovem as violências em diversos níveis e formas, não sejam legitimadas. Ainda segundo a autora, aquilo que é diferente consiste em uma monstruosidade e gera atitudes xenofóbicas, homofóbicas e diversas outras expressões preconceituosas e por sua vez violentas.

Foucault (1996), propõe a hipótese de que a produção do discurso em toda a sociedade é controlada, selecionada, organizada, sendo que as áreas da sexualidade e da política são aquelas nas quais existe um controle ainda maior. Correlaciono o autor citado e Furlani (2005) quando ambos dizem da dificuldade existente nas relações inter-

¹ “Desconstruir um texto é desfazer as fronteiras entre as oposições, sobretudo a oposição sujeito/objeto, subvertendo a ordem e os valores hierárquicos tradicionais contidos nelas”. (YAMASHIRO, 2004)

² “Na Filosofia ou na arte, criar é resistir. A resistência é a acção de uma força de *vida-contra-morte* que desalinha as significações estabelecidas, e, no movimento que a constitui, rompe com a ordenação categorial de um fundamento para a existência, afirmando o *dever* como respiração criadora de *vida*. A resistência é, neste sentido, acontecimento. Essa força de ruptura e de irrupção é, justamente, aquilo que lhe confere uma intensidade de vida em que o *actual* se afigura como o jogo entre uma *dupla verdade do corpo e do instante*” (Vilela, 2006, p. 125)

peçoais de se questionar os saberes “inquestionáveis” que envolvem a sexualidade humana.

Assim, autores e autoras afirmam a urgência de se problematizar sexualidade e gênero nos currículos escolares (LOURO, 1998; 1999; CAMARGO e RIBEIRO, 1999; FURLANI, 2005); desta forma as crianças e adolescentes poderão, ao discutir os temas, construir saberes e, conseqüentemente aprenderem a se defender de inúmeras violências, ofensas e abusos sexuais aos quais possam estar sujeitos.

Este mecanismo de exclusão é anunciado por Foucault (1996): a interdição. Existem lugares determinados para se dizer certas coisas; não se fala de tudo em qualquer lugar. Pergunto: a escola é um lugar para se falar de sexualidade? Este é um assunto que gera conflitos e pelo qual familiares e profissionais da educação sentem-se ameaçados embora o tema desperte tanto fascínio:

“... como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro onde a sexualidade se desarma e a política se pacífica, fossem dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p 10)

Assim, a construção dos discursos e das atitudes desencadeadas por eles podem ser repensadas, resignificadas. As relações inter e intra-peçoais podem de alguma forma se materializar com mais justiça e equidade, com um pouco menos de omissão e com atitudes que promovam alguma melhoria nas condições de vida dos/as cidadãos e cidadãs. Gallo (2003, p. 70) diz que pensar filosoficamente a Educação pode ser perigoso – tomemos em conta o que a criação de conceitos pode desvelar, as multiplicidades que podem ser colocadas em jogo, as interconexões que podem ser produzidas.

O compromisso da escola, portanto, torna-se fundamental nesse processo de problematizadora dos múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização; pode, também, funcionar como o centro articulador da rede de proteção à criança e adolescente, no bairro ou na região onde está localizada.

Violências

As violências se manifestam de inúmeras maneiras, portanto as situações de risco as quais crianças e adolescentes vêm sendo submetidos diariamente são também diversas. Aranha (2000), explicita as violências e trás definições importantes para que novas formas de discurso também sejam construídas a respeito desta temática.

A violência branca é uma das formas de violência que poucas vezes é notada, “por que não salta a vista, passa despercebida como se apenas resultasse da ordem natural das coisas, não da ação humana intencional.” (ARANHA, 2003, p 28)

Também cabe ressaltar a violência vermelha que pode ser exemplificada por estupro, homicídio ou por meio das inúmeras mortes de crianças e adolescentes de fome ou de doenças geradas por condições de vida precárias. Violência branca, vermelha, violências sexuais...

O abuso sexual³ é um processo complexo que necessita de uma equipe com atuação multidisciplinar. Segundo o Guia Escolar (2004) esta interação multidisciplinar entre instituições pode ser chamada de trabalho de rede. Este não contempla a existência de uma hierarquia, as instituições cada qual com suas especialidades trabalham interligadas por isso pode se dizer que o trabalho em rede é multidisciplinar. Nesta abordagem não existe um órgão central todos têm o mesmo eixo norteador das ações: promover a proteção da criança e do adolescente contra o abuso e exploração sexual e garantir o acompanhamento integral da criança e/ou adolescente vitimizado/a e do agressor.

Tal perspectiva é um desafio, porém nos atermos às dificuldades do trabalho em rede poderia reproduzir a idéia circundante de que “as instituições não cumprem a função e o papel social a que são criadas para cumprir”. É necessário criar uma nova realidade na qual o trabalho em rede seja possível, tendo em vista que existem em nosso país inúmeras experiências que tem tido êxito nesta perspectiva de atuação, portanto cabe a cada cidadão e cidadã ser sujeito das transformações necessárias para garantir a proteção de crianças e adolescentes.

³ Furniss (2002) aborda o abuso sexual de crianças e adolescentes sob a perspectiva das interações psicológicas desta violência explicitando algumas síndromes: a síndrome do segredo para a criança e a síndrome da adição para a pessoa que abusa. A síndrome da adição consiste em uma anulação da criança enquanto pessoa; esta é vista apenas enquanto um objeto de desejo do qual o abusador quer ter posse. Enquanto a síndrome do segredo consiste em um mecanismo no qual a criança evita a realidade.

Conforme já foi dito, um componente fundamental da rede de proteção é a escola. Entretanto Libório (2005), destaca que, ao se tratar de direitos da criança e do/a adolescente ainda existe um despreparo por parte das professoras que participaram de uma pesquisa realizada pela referida autora. Realidade também presente nas cidades nas quais o projeto: construindo práticas a partir dos compromissos com a defesa dos direitos sexuais na infância e adolescência no combate ao abuso e exploração sexual vem atuando em suas três versões. A equipe vem tentando afiar o olhar, lidar com as inquietações e provocar questões nos/nas participantes, no decorrer destes três anos em que vem reconhecendo as desigualdades e os discursos normalizadores.

O Projeto foi aprovado pela primeira vez em 2004, desenvolvendo suas ações com educadores/as, adolescentes, universitários de oito cidades do Sul de Minas Gerais; nesta versão foi realizada uma pesquisa nos conselhos tutelares na qual observou-se que os/as conselheiros/as tutelares, muitas vezes, não sabem como agir nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. Em alguns casos há a ausência de prova forense, como um atestado médico que comprove que houve abuso sexual. Há também a dificuldade que a criança tem de revelar o abuso devido as ansiedades que possui com relação a revelação, os medos e principalmente o fato de inúmeras vezes não existir apoio da família em revelar o abuso sexual. Muitas vezes os/as conselheiros/as recebem as denúncias e tentam atuar mas existe a dificuldade de se trabalhar em rede.

Em 2005 teve início a segunda versão do Projeto na qual foi possível ampliar as ações para quatorze cidades e ampliar também as problematizações acerca da rede de proteção. Em um dos encontros realizados no decorrer do projeto foi criada uma estrutura de madeira com sisal compondo uma urdidura para tecer uma teia, cada participante recebeu um papel no qual respondeu a seguinte questão: “Como você entrelaça esta rede?” À medida que os/as participantes respondiam a este questionamento amarravam os papéis com fitas de várias cores ao sisal. A rede (teia) foi se formando; cada cidade participante do projeto pode levar a estrutura para que outras pessoas que não estavam naquele encontro pudessem responder a mesma questão. Também foi realizada uma pesquisa evidenciando a rede de proteção das 14 cidades participantes nesta versão. Este levantamento foi feito considerando-se três aspectos a Prevenção, Atendimento, Apoio e Identificação das violências contra crianças e adolescentes.

Este material e as avaliações realizadas subsidiou, sobremaneira, o planejamento para a realização, em 2006, da terceira versão. As atividades tiveram como foco os/as

integrantes dos Conselhos Tutelares, Projetos Sentinela e dos Programas de Saúde da Família das cidades de Varginha, Paraguaçu, Perdões, Itumirim, Ilícinea, Ibituruna, Carmo da Cachoeira, Carrancas, Santana do Jacaré, Bom Sucesso, São Bento Abade, Oliveira, Lavras e Boa Esperança.

Na terceira versão, portanto, foi planejado, executado e avaliado o curso: Tecendo a Sexualidade Humana nas Redes de Proteção, constituído de quatro módulos sendo que o 1º módulo retrata a temática da sexualidade humana utilizando a metodologia das tendas temáticas como norteadora das discussões, o 2º módulo problematiza as relações de gênero, o 3º módulo os direitos sexuais, o 4º módulo das violências sexuais, o 5º módulo a saúde sexual e reprodutiva e o 6º módulo a rede de proteção à criança e ao adolescente. Outro curso oferecido foi o Direitos da Criança que teve como objetivo subsidiar teórica e metodologicamente as educadoras da educação infantil com vistas a registrar as atividades realizadas com as crianças de 5 e 6 anos. Uma das atividades propostas foi a realização de um mapeamento das instituições que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente nas cidades participantes do Projeto.

O presente trabalho é um registro das instituições que existem nas cidades citadas acima que poderiam compor (ou compõem?) a rede de proteção à criança e ao adolescente. Este mapeamento foi realizado sob a perspectiva de que é fundamental conhecer as instituições que trabalham em defesa dos direitos das crianças e dos/as adolescentes para que se possam problematizar as possibilidades de ação em rede que cada cidade possui.

Os/as participantes do curso receberam o seguinte instrumento para realização do mapeamento:

REDE DE PROTEÇÃO

“A Rede não é um simples ajuste técnico, metodológico e administrativo mas implica uma mudança cultural e comportamental. É uma oportunidade estratégica de construção de ambientes para novas posturas e de instrumentos de apoio que fazem parte de um processo de mudança em curso.”

O conceito que nos permite compartilhar objetivos e procedimentos, obtendo as interações necessárias em outras instâncias institucionais e construindo, assim, vínculos horizontais de interdependência e complementaridade. Isso muda a percepção das instituições como órgãos centrais e hierárquicos e, dessa forma, nos permite compartilhar responsabilidades e reivindicações por meio de nossos objetivos e compromissos comuns, que é o bem-estar da criança e do adolescente.

Para um efetivo trabalho de rede, temos que buscar e construir algumas condições importantes, quais são:

integrar as diversas políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos da criança e do adolescente: saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, etc.;

articular ações governamentais e não governamentais na assistência a crianças e adolescentes: programas e serviços de atendimento existentes no município devem interagir entre si, devem trocar informações necessárias e socializar metodologias e conhecimentos acumulados, ter complementaridade para evitar a sobreposição e a dispersão de recursos;

introduzir mecanismos de acompanhamento e avaliação, importantes para monitorar a política implementada como também a qualidade do serviço e o impacto na vida da criança e do adolescente e de suas famílias, e mobilizar a sociedade para participar na política do atendimento, organizando-se para ter instrumentos de controle social compartilhado e planejado

O conselho de Direitos deve elaborar diretrizes básicas da política de atendimento e mapear as instituições presentes em cada município. A rede de proteção, por sua vez, poderá fortalecer a capacidade de controle e avaliação dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que poderá ajudar a indicar e propor novos serviços coerentes com a concepção teórica e legal acima descrita. Em vários locais, coexistentes prática e heranças arraigadas que remetem a um passado assistencialista e repressivo, a uma cultura machista e racista, no que diz respeito ao atendimento, clientelista e pouco transparente, no que diz respeito às relações entre o Estado e a sociedade.

A escola pode ser o centro articulador da rede de proteção à criança, no bairro ou na região onde está localizada. Poderia, por exemplo, criar a rede de todos que operam naquele bairro ou naquela região, convidando todos os potenciais participantes a se sentarem a uma mesma mesa – além dos profissionais da escola, podem ser incluídas pessoas que trabalham na política, em postos de saúde, creches, abrigos, bem como

pessoas envolvidas em programas de assistência social nos centros comunitários e nas igrejas das diversas religiões.

Uma rede forte e atuante no município é garantia da realização:

*Do atendimento qualificado;

*De plano de qualificação e requalificação profissional para um efetivo trabalho interdisciplinar;

*De orçamento municipal que prioriza as problemáticas relativas à infância e de um plano de ação detalhado e pactuado entre vários setores sociais.

Tirar o Estatuto da Criança e do Adolescente do papel é uma questão de opção, uma questão de atitude. Tirar o ECA do papel e criar uma cultura de cidadania deve ser nosso compromisso, nossa agenda de debates e nosso plano de trabalho no cotidiano.

Referência:

Guia Escolar: Métodos para identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexuais de Crianças e Adolescente/ Benedito Rodrigues do Santos... Et al, Rita Ippolito: coordenação técnica 2. ed. Ver. E atual.– Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163 p.

Rede de proteção nas cidades

Conforme explicitado, no planejamento dos cursos oferecidos tanto às profissionais da educação quanto aos profissionais dos Conselhos Tutelares, Programa de Saúde da Família e Projeto Sentinela, constaram atividades que demandaram no mapeamento feito em cada cidade e compartilhado com os/as participantes das outras cidades. As pesquisas foram apresentadas em cartazes, power point, textos/depoimentos. Embora os cursos tenham sido oferecidos separadamente, as pesquisas são apresentadas, a seguir, por cidade:

Carrancas

Sindicato Rural, Conselho Tutelar, Pastoral, Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Carrancas (ACITAC), Conselho de Saúde, Escolas, Programa Saúde da Família.

Perdões

Organizações Governamentais:

Estaduais: Minas Olímpica Nova Geração, Escolas; Federais: Peti, Serviço Sentinela, Cersan; Municipais: Escolas, Creches, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Santa Casa, Pólo Educacional, Lar Vicentino Chico Norberto, Conselhos Municipais(do idoso, segurança pública, da saúde, da assistência social, da educação)

Organizações não governamentais:

Projeto Vida Nova, Associação de proteção e assistência aos condenados, Associações de bairro: De Lourdes e de Casana; Sindicato Rural, sindicato dos servidores públicos,

Pastorais: da criança, da juventude, da saúde, do idoso, catequética, da promoção humana e SOS.’

Paraguaçu

Organizações governamentais e não governamentais de Paraguaçu:

Escolas municipais, escolas estaduais e creches, Projeto Juvenato, Postos de saúde, P.S.F. (Programa Saúde da Família), Conselhos municipais(de segurança pública, de educação, de saúde, do meio ambiente), Conselho tutelar, Associações de bairro, Associação reciclar para construir, Associação ex alunos de Dom Bosco, Pastorais (da criança, da juventude, da família), Movimentos para 3ª idade.

Paraguaçu é um município com cerca de 25000 habitantes. Estando em franca expansão, foram criados muitos órgãos de assistência social, além dos que já existiam na cidade.

A cidade conta com quatro escolas estaduais, sendo que apenas uma atende alunos de ensino fundamental e médio, as demais atendem apenas alunos de ensino fundamental. Destaca-se a E. E. Fundamar, conhecida nacionalmente por seu projeto de fixação do homem no campo, através da formação em tempo integral de seus filhos. As escolas municipais são seis, sendo três na zona rural.

Para assistência a crianças menores a escola conta com duas creches.

As crianças e jovens também podem contar com assistência extra escolar no projeto Juvenato, que atende carentes com vários cursos; no Lar Nossa Senhora Aparecida; no projeto Craque de Bola, que pretende inserir os jovens na sociedade através do esporte.

Na área da saúde pode-se contar com uma Policlínica Municipal, um hospital com pronto socorro, um posto de saúde com atendimento específico para crianças e um PSF. Foram criados vários conselhos para prestar assistência e serviços para a população: Conselho Tutelar da criança e do adolescente, Conselho comunitário de segurança pública, Conselho municipal de educação, além dos conselhos municipais de assistência social, de saúde, do FUNDEB, dentre outros. Recentemente foram criadas várias associações de bairro.

O município conta ainda com uma associação que trabalha com reciclagem: Associação Reciclar para Construir, que recolhe há anos lixo reciclável na cidade, vende e utiliza a renda na reforma e construção de casas para pessoas carentes.

A igreja Católica contribui com várias pastorais. Contamos ainda com o Lions Club que é uma associação filantrópica.

Em relação a segurança pública Paraguaçu tem uma delegacia de polícia com policiais civis e militares e um Fórum.

Os trabalhadores começaram a se reunir em sindicatos como o dos trabalhadores rurais e o sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil. Como pode-se constatar Paraguaçu é rica em instituições que prestam assistência a população.

Santana do Jacaré

Organizações Governamentais:

Conselhos municipais (de assistência social(CMAS), dos direitos da criança e do adolescente, de saúde, de educação), Conselho Tutelar, Escola municipal e estadual, Creche: Centro Educacional Mariana Avelar; P S F(Programa Saúde da Família).

Organizações não governamentais:

- Associação Amigos do Rio Jacaré, Associação anti-alcoólica: Lar Feliz; Associações comunitárias e de bairros, Pastorais (da criança, da juventude).

O município de Santana do Jacaré, localizado na região sudoeste do estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 4.404 habitantes e emancipado há 54 anos, como a maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte apresenta graves problemas sociais constatados através dos índices de desenvolvimento humano (0,700), considerado abaixo da média de Minas Gerais.

A questão sócio-econômica tem um quadro de falta de alternativas de geração de renda, conseqüentemente agravando uma série de outras questões relacionadas ao desenvolvimento social e humano.

Com relação à implementação de políticas públicas e a realização do trabalho em rede, destacamos o esforço da atual administração municipal no sentido de organizar a Política Municipal de Assistência Social, atendendo o art.30 da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), estando hoje habilitado na gestão básica do Sistema Único de Assistência Social.

Outra ação relevante realizada a partir no ano de 2005 foi a implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

O trabalho em rede está sendo feito aos poucos e diversos esforços têm sido feito no sentido de concretizá-lo; entre os resultados pode-se citar as reuniões do CMAS, onde numa oportunidade foi falado sobre o trabalho em rede que pode ser desenvolvido neste município, sendo sugeridas previamente algumas atividades culturais, esportivas e educacionais, e para tanto, para que essa idéia seja discutida e idealizada, foi sugerido que na(s) próxima(s) reuniões sejam convidados os vários atores sociais das organizações governamentais e não governamentais do município, bem como os representantes dos diversos movimentos e grupos, onde os mesmos possam opinar e participar; também pode-se citar a realização do dia D contra o Abuso e a Exploração Sexual Infantil, idealizado pelo Conselho Tutelar, PSF'S e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

“ Um sonho que se sonha só é um sonho que se sonha só; mas um sonho que se sonha junto é realidade ” (Tom Zé).

Bom Sucesso**Organizações Governamentais:**

PSFs (Programas de Saúde da Família), Policlínica, Escolas municipais e estaduais, Conselho Tutelar, Assistência Social e Jurídica, Penitenciária, Delegacia de polícia, Sindicato trabalhista, Vigilância sanitária, Vigilância epidemiológica.

Organizações não governamentais:

Pastoral de criança, Santa casa, Vila Vicentina, Creches, Casa Paroquial, Samaritanas,

Clubes Filantrópicos (Lions, Rotary, Maçonaria), Casas de Maria, Associações comunitárias, Centros de Reciclagem, Conselho Municipal e Saúde, Associações de Donas de Casa, Igrejas.

São Bento Abade

Secretarias Municipais de Saúde, Programa Saúde da Família, Conselhos Municipais, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, Conselho Tutelar, Projetos diversos, Comitê MMI.

CONSEP- Conselho Comunitário der Segurança Pública e Defesa Social. Trabalha em parceria com a Polícia Militar na elaboração de medidas preventivas, referentes à proteção da criança e do adolescente no município. Este atua no planejamento de ações que visam retirar crianças e adolescentes de situações de risco. Também financia e planeja campanhas educativas visando o bem estar do menor.

A maior dificuldade encontrada está na falta de esclarecimento da população com relação a atuação do CONSEP.

Programa Nosso Futuro – Trabalha com crianças na área de esporte e computação. É não governamental e o trabalho é realizado com voluntários.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é não governamental e atua oferecendo aulas de música, artesanato, reforço escolar, esportes e etc.

PSF – Programa de Saúde da Família, atua na informação familiar com relação á hábitos de saúde e higiene, realiza trabalhos de acompanhamento de hiper-tensos e gestantes bem como de crianças.

Realiza palestras sobre tabagismo e orientação sexual nas escolas.

Conselho Municipal de Assistência Social – Atua como órgão fiscalizador e orientador de demais instituições governamentais.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselho que atua na fiscalização do trabalho do Conselho Tutelar.

Conselho Tutelar – Atua nas denúncias recebidas e age de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pastoral da Criança – Trabalha no combate a desnutrição, se rata de uma instituição não governamental.

Grupo Alcoólicos Anônimos – Além de fornecer atendimento psicológico a alcoólatras também atende a suas famílias.

Centro Municipal de Educação Infantil – Entidade governamental que atende crianças de famílias de baixa renda cujas mães trabalham fora de casa, também acolhem crianças em situação de risco.

Lavras

Organizações Governamentais:

Escolas, Universidades, Programas de saúde da família, COMBEM (Conselho Municipal do Bem Estar dos Menores), Conselhos Municipais (de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, do meio ambiente, de educação, de saúde, de alimentação escolar, deliberativo do patrimônio cultural, de turismo, de trânsito, anti drogas e entorpecentes, do idoso, dos direitos da mulher, da política de igualdade racial, de cultura, de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério); Conselho Tutelar, Juizado do menor, Promotoria Pública, Defensoria Pública, Postos de saúde, Delegacia Regional de polícia, Polícia Militar 8º Batalhão, Serviços federais: SEBRAE, SESC, SESI, SENAI, SENAR; Câmara municipal dos vereadores.

Organizações não governamentais:

Instituições religiosas, Sindicatos, Associações de bairro, Associação dos aposentados, Associação das donas de casa, Associação médica, Associação dos diabéticos, OAB, CRO, CREFITO, CREA, CRC; Apae.

A discussão que se forma em relação a esta rede proteção que criamos nos municípios se fez de forma a indagar o porquê existe uma rede tão grande e muitas vezes não existe resolução para vários problemas levantados.

A idéia de rede nos remete a uma ligação por vários caminhos mas que ainda é constituída por vários “buracos”, sendo assim estamos ligados (quando há vontade das várias partes, o que na prática não está ocorrendo) entre vários colaboradores. Mas também atravessamos um obstáculo dessa rede que é a falta de articulação seja por falta de vontade dos profissionais atuantes ou mesmo por inexistência de mecanismos para resolver os problemas que acontecem.

Uma necessidade atual seria a de criar uma rede verdadeira de comunicação onde os vários colaboradores governamentais ou não, pudessem trocar seus problemas e soluções. E ainda caminhar para um planejamento onde essa rede de proteção fosse melhor elaborada e também que a resolução dos problemas levantados aconteça realmente.

Muito caminhamos, mas ainda temos muito a crescer!

Oliveira

Apae, Asilo Santo Antônio, Programas de Saúde da Família, Grupos de 3ª Idade, SENAI, Vila Vicentina, Grupo: Amor Exigente, Casa da Criança, Casa da Sopa: Menino Jesus; SENAC, CAPS, CRIA, Escolas, Creche, Associações Comunitárias.

Carmo da Cachoeira

Hospital Nossa Senhora do Carmo, Posto de Saúde, PSF, Usina de reciclagem, Escolas Municipais, Escolas Estaduais, Escola Especial Luciana Reis Vilela (APAE), EJA, Banda Corporação “ 16 de Julho”, Casa da Cultura Maria Antonieta de Rezende, Ginásio Poliesportivo Godozão, Alcoólicos Anônimos (AA), Delegacia de Polícia Civil; Delegacia de Polícia Militar, Sindicato Rural de Carmo da Cachoeira, Sindicato dos

Empregados Rurais de Carmo da Cachoeira, Casa Paroquial, Pastoral Familiar, Pastoral Negra, Pastoral da Catequese dentre outras; Movimento da Sociedade São Vicente de Paulo, Movimento da RCC (renovação carismática católica), Movimento Fé e Política, Movimento da Infância Missionária, Movimento Mãe Rainha, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho Municipal de Assistência Social Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal de Saúde Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal do FUNDEB (Fundo Nacional de Assistência a Educação Básica), Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O município de Carmo da Cachoeira tem 507,3 km², situado no sul de Minas Gerais, às margens da Rodovia Fernão Dias , e se limitando com os municípios de Lavras, Três Corações, Varginha, Nepomuceno e Três Pontas, e distante 248 km de Belo Horizonte. Com uma população aproximada de 12.000 habitantes, sendo que 7.000 vivem na área urbana, e o restante na zona rural, dentre eles pequenos proprietários

Sua principal economia se baseia na agricultura pecuária e leiteira sendo a mais importante a cafeicultura, que na época da safra absorve a grande demanda desempregada de mão de obra, incluindo mulheres.

Depois da agricultura, encontra-se a construção civil que também absorve grande parte de trabalhadores, e os demais como mulheres e adolescentes são absorvidos na rede de serviços e comércio, sem muita expressão.

O setor industrial é muito fraco, conta apenas com duas fábricas de aquário. No setor de comunicação, existe uma emissora de rádio FM.

No Turismo rural, temos muitas belezas naturais e curiosidades, como o cemitério dos escravos, cachoeira do Pai Paulo, Corredeiras do Rio do Cervo (Palmital do Cervo), trilhas ecológicas e a Mata Nativa que é uma fazenda de ecoturismo localizada em uma das maiores áreas reservadas de Mata Atlântica, ideal para a prática de esportes como: arvorismo, muro de escalada , tirolesa, rapel e trilhas junto a natureza, com muito lazer e emoção, em meio à uma paisagem exuberante.

O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI, atende a 200 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e 11 meses, envolvidos em qualquer situação de trabalho que gere risco à sua segurança e /ou saúde. Este programa funciona na Casa da Criança Cachoeirense, onde é cumprida a Jornada Ampliada.

A Inclusão Produtiva – Projeto Jovens em Ação, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome foi implantado o Programa Jovens em Ação, que atende 100 crianças e adolescentes nos seguintes cursos profissionalizantes: corte e costura, computação, tear, pintura em tela, mosaico e fabricação de vassoura (piaçava/ peti) e rodo.

O projeto: Criança Feliz (Palmital do Cervo, tem como proposta a formação integral de crianças e adolescentes através de artesanatos e prática esportiva , além da valorização da identidade sócio-cultural do município.

Projeto Oficina de Tijolos em parceria com o Programa Trabalho e Dignidade de Carmo da Cachoeira, esta oficina atende famílias carentes que fabricam tijolos, material necessário para construção de sua própria moradia.

O Programa Trabalho e Dignidade de Carmo da Cachoeira, têm como objetivo ajudar as pessoas carentes do município, com alimentação, pagamento de água e luz, gás e materiais de construção.

As pessoas selecionadas trabalham como voluntárias em instituições filantrópicas da cidade, como APAE, creches, asilo, etc. e em troca recebem o “Volus”, que é um ticket que pode ser trocado no Mercado do Voluntário, onde as pessoas da comunidade doam

alimentos, roupas, etc. Há também alguns estabelecimentos da cidade que recebem este ticket (salão de beleza, restaurante e padaria). Tem o objetivo também de resgatar a dignidade da pessoa.

CEDECOMCAC é um Centro de Desenvolvimento Comunitário do Município de Carmo da Cachoeira que implantou curso profissionalizante de corte e costura para adultos, além de atender famílias carentes.

Como promoção humana e resgate das mulheres cachoeirenses, várias donas de casa conseguiram emprego em forma de cooperativa, que hoje é uma realidade.

Casa da Criança Cachoeirense tem o trabalho voltado para a assistência às crianças e adolescentes de 07 a 16 anos, atendendo um total de 138 crianças e adolescentes com várias atividades, tais como: reforço escolar, esporte, capoeira, artesanato (tear, mosaico, bordado, pintura em tecido, tapetes) teatro, circo e computação. Prestando assistência gratuita , em horário extra escolar, combatendo assim a fome e a pobreza. Desenvolvendo o pensamento e a aprendizagem cooperativa, melhorando a auto-estima, preparando a criança, adolescente e a família para desempenhar papéis futuros em uma sociedade em constantes e rápidas mudanças.

Centro de Educação Infantil Santos Anjos (Palmital do Cervo) atende 42 crianças de 0 a 05 anos, cujos pais não tem condições de cuidar de seus filhos em razão do exercício de suas profissões. São desenvolvidas ações de: higiene pessoal, boas maneiras, trabalho com coordenação motora, esporte, brincadeira infantil, encaminhamento a médicos especializados.

Centro de Educação Infantil Santa Rita de Cássia atende 160 crianças. As principais atividades desenvolvidas são: trabalhos para desenvolver coordenação motora, brincadeiras, jogos pedagógicos, teatro de fantoche, esporte e noção de higiene.

Associação de Apoio e Desenvolvimento da Criança e Gestante é uma entidade filantrópica e mantenedora da Escola Infantil Stella Maris, por objetivo principal promover e implementar ações de defesa de direitos, garantindo à criança de 0 a 5 anos de idade a assistência em suas necessidades básicas , assim como também a Educação Pré- Escolar. “ A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica.”

Lar São Vicente de Paulo de Carmo da Cachoeira é uma entidade beneficente e de assistência social, sem fins lucrativos, que atende atualmente a 34 internos de ambos os sexos proporcionando-lhes assistência em geral, visando a preservação de sua saúde física e mental. São realizados trabalhos manuais, terapia ocupacional, passeios e bailes com o objetivo de elevar a auto-estima e promover a integração dos internos nas atividades desenvolvidas pela comunidade.

Casa Luz da Colina é uma entidade de caráter filantrópico e beneficente . Desenvolve diversas ações sociais e culturais integradas, que estimulam as potencialidades internas e grupais de crianças jovens e adultos

Benefício de Prestação Continuada o BPC é um benefício assistencial, que garante um salário mínimo mensal às pessoas idosas (com mais de 65 anos) e as pessoas com deficiência incapacitadas de prover sua manutenção ou de tê-la provida por sua família. Quem o operacionaliza é o INSS através de uma parceria feita com o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a fome.

Bolsa Família este é um programa do Governo Federal, de transferência de renda para famílias carentes, com renda de até R\$ 120,00 mensais, por pessoa, que associa benefícios financeiros aos acessos básicos dos direitos sociais, de saúde e alimentação. O Bolsa Família unificou os seguintes programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Atende hoje 738 famílias.

Itutinga

Programa de saúde da família, Posto de saúde, Escolas estaduais e municipais, Secretaria do bem estar social, Conselho tutelar, Delegacia, Pastoral da criança, Alcoólicos anônimos, Grupos religiosos de jovens, Grupos de artesanato (projeto furnas, PSF, secretaria de bem-estar), Banda Municipal que possui como componentes jovens, adultos e idosos.

Pertencemos a uma cidade pequena com aproximadamente 4200 habitantes. É importante ressaltar que a cidade de Itutinga possui cerca de 700Km de estrada de terra, sem a zona rural muito extensa.

Como a atividade solicitou fomos em busca da rede de proteção existente na cidade. O que de uma maneira especial nos causou uma admiração foi o fato de uma agente comunitária de saúde que nos disse; “ se eu não fizesse esse trabalho não conheceria o que a cidade tem a oferecer e que podemos trabalhar juntos.”

Bom, apesar da cidade ser pequena, possuímos uma rede forte como: Estratégia de saúde da família, posto de saúde, escolas estaduais e municipais, secretaria do bem estar social, conselho tutelar, delegacia, pastoral da criança, alcoólicos anônimos, grupos religiosos de jovens, grupos de artesanato (projeto furnas, PSF, secretaria de bem-estar), banda municipal que possui como componentes jovens, adultos e idosos.

Em conversa entre nós, que estamos realizando este curso, percebemos que a cidade é rica em entidades, porém não existe integração entre elas sendo que algumas das instituições transferem a responsabilidade somente para a área da saúde, não dando a devida importância para a interatividade e troca de responsabilidades. Por que não falar de sexualidade em sala de aula?! E não apenas nesta, mas em todos os segmentos. Achamos que precisamos nos articular mais, porém, precisamos de uma sensibilização entre os profissionais.

Varginha

-CDCA → Que incorpora dentre outros, o PROPAC – Prepara o adolescente de 14 à 18 anos para atividades profissionais.

-Agente Jovem – Desenvolve atividades socioeducativas com adolescentes de 15 à 17 anos

-CIAME → Integração de atendimento ao menor (7 a 11 anos).

-Conselho Tutelar → Atende Crianças e Adolescente em situação de risco social.

-Escola de Pais de Varginha → Reuniões com os pais que discutem assuntos relacionados aos filhos desde que nascem até a fase adulta.

-Núcleo do Adolescente → Atendimento ao Adolescente, com médicos, psicólogos, artes, esporte, dança, informática, recreação e projetos de prevenção sobre DST. A parte educativa ocorre em parceria com empresa como PHILIPS do Brasil e Escolas Particulares (Colégio Marista)

-PETI → Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para crianças e adolescentes de 7 a 15 anos que estejam em atividades que caracterizam trabalho infantil.

-A SEMEC → Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem participado, com representantes (professores, pedagogos e adolescentes, junto à Universidade Federal de

Lavras – UFLA, desde 2005 no projeto que engloba, Direitos da Criança e do Adolescente com um enfoque nos Direitos Sexuais.

O sistema de rede de proteção que compõe o nosso município é complexo e bem estruturado possuindo uma representatividade de vários seguimentos como: poder executivo, legislativo e judiciário, além de diversas organizações governamentais e não governamentais.

As maiores dificuldades surgem durante o processo e a prática do dia-a-dia, apesar de toda esta estrutura não sabemos ainda como funcionar de maneira efetiva dentro dessa rede, muitas vezes por falta de conhecimento ou mesmo de como se comunicar, já que nos relacionamos uns com os outros exige uma metodologia específica.

Quando falamos de trabalho em rede não podemos pensar neste apenas como ter uma agenda de contatos de pessoas conhecidas que possam ‘quebrar nossos galhos’ ou apenas uma troca de favores baseadas em amizades e simpatias.

É importante conhecer o mapa da rede de atendimento, o que existe, qual a sua eficiência, como esta articulado e de que forma nós podemos aproveitar o máximo do que já existe e do que realmente tem por traz de todo este funcionamento e sua articulação.

Falar de trabalho em rede exige profissionalismo e compromisso com a causa de nossas crianças e adolescentes ter argumentos. Conhecer os projetos com seus defeitos e qualidades, fazendo uma leitura e uma análise crítica de como estamos funcionando. O desafio está em pensar coletivamente qual o impacto do funcionamento desta rede de proteção na vida das pessoas principalmente de nossas crianças e adolescentes.

Criar uma rede sem hierarquia e autoritarismo, de forma horizontal, participativa e democrática, construída junto com a comunidade e com o controle social garantir o sagrado direito de todos participarem deste novo modo de ser cidadão, agente político e ator social.

Acreditamos que o segredo para sermos realmente uma rede de proteção exige de cada um de nós o respeito pela diversidade e pelos olhares diferentes valorizando a interdisciplinaridade com metas e objetivos comuns, exigindo uma profunda mudança de paradigma.

Nepomuceno

Conselho tutelar, Assistente Social, Policia civil, militar e Poder Judiciário, Projetos: Luz do amanhã e Minas olímpica, Escolas, Conselhos Municipais, PSF (Programa de Saúde da Família).

Alfenas

-ALFA (Associação Alfenense de Atletismo), atende a crianças e adolescentes em projetos sociais e desportivo.

-Associação Coração de Jesus, atende a famílias nas necessidades básicas.

-Associação Fermento na Massa – ONG, promove alfabetização de jovens e adultos, telecentro comunitário e biblioteca, telecurso para 1º e 2º grau dentre outras atidades.

-Associação Criança Feliz, atende famílias nas necessidades básicas.

-Associação dos deficientes visuais de Alfenas, presta atendimento aos potadores de deficiência visual.

- Associação Nossa Senhora da Piedade, atende a famílias nas necessidades básicas.
- Associação dos voluntários vida viva de Alfenas, assiste a pacientes com doenças infecto contagiosas e promove bem estar social.
- CVT (Centro de Vocação Tecnológica), promove cursos de capacitação para adolescentes (montagem e manutenção de computadores e curso básico de informática)
- Associação Alfenense de Proteção á Criança, presta assistência a crianças do sexo feminino privadas de sustento, guarda e educação.
- Associação de Proteção a maternidade e a infância, atende a crianças de 14 anos.
- PSF, prevenção diagnostico e encaminhamento aos órgão competentes da saúde pública.
- APAE (Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Alfenas), atende a pessoas portadoras de deficiência
- Associação Beneficente Cáritas de Alfenas, atende a crianças e adolescentes de 7 a 15 anos.
- Centro de Educação Infantil Gota de Leite Mão Unidas de Alfenas, atende á crianças de 0 a 6 anos.
- Conselho Tutelar, garantir e preservar os direitos das crianças e adolescentes.
- Grupo de Assistência e Alfabetização - GRAAL, alfabetização de jovens, adultos e adolescentes.

Três Corações

Em Três Corações existe um plano de ação chamado: Plano Plurianual de Assistência Social 2006-2009, este visa a busca da inclusão social através da garantia ao acesso a políticas públicas, com ações sociais integradas, bem como o fortalecimento, a organização e ampliação da rede de proteção a criança e ao adolescente.

As instituições responsáveis por ações sócio-educativas a criança e ao adolescente, ou seja serviços que visem sua proteção, socialização e fortalecimento dos vinculo familiares e comunitários são desenvolvidas nos seguintes equipamentos governamentais e não governamentais:

Núcleo Arco-Íris, Núcleo Bem-te-vi, Núcleo Curumim, Núcleo Flora, Núcleo Novo Horizonte, Núcleo Pedalar, Núcleo Pelezinho e Núcleo Santana todos estes núcleos atendem crianças de 7 a 14 anos.

Associação Fraternidade e Equilíbrio, Ação Social Tricordiana, Lar Fabiano de Cristo, Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, Serviço de Obras Sociais, Csa da Sopa Capitão Maurício, Assistência Social Sebastião Arantes, Instituição de Amparo Arca de Noé todas atendem famílias em situação de risco.

Creche Stefânia Falcão Margotti, Creche Nossa Senhora do Amparo, Creche Maristela Meliato, Lar Cristo Rei todas atendem crianças de 0 a 6 anos.

As instituições responsáveis por serviços de incentivo ao protagonismo juvenil e de

fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ou seja serviços a jovens em vulnerabilidade e risco social que visam sua socialização, orientação, formação cidadã e protagonismo juvenil são desenvolvidas nas seguintes instituições:

Agente Jovem, Lar Fabiano de Cristo e Ação Social Tricordiana.

Serviços de socialização de idosos são realizados nas seguintes instituições:

Centro de Convivência do Idoso e Lar Fabiano de Cristo.

Instituições de enfrentamento da pobreza e transferência de renda:

Centro Municipal de ações sociais e profissionalização é uma instituição de iniciação Profissional. Associação dos Diabéticos de Três Corações, Grupo Voluntário Tricordiano Solidariéd'aids e Associação Voluntária de Oncologia – Vida Ação prestam serviços de atendimento psicossocial ao grupo familiar e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Instituições que prestam proteção social especial de média complexidade:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Secretaria Municipal de Assistência Social da Criança e do Adolescente.

Instituições que prestam proteção social especial de alta complexidade:

Casa Lar e Lar Anjo da Guarda promovem o acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com o objetivo de restabelecer vínculos e autonomia em caráter especial e provisório. As instituições Ancianato Antônio Frederico Ozanam, Lar São José e Assistência Social Sebastião Arantes prestam atendimento em regime integral institucional ao idoso. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE fornece atendimento especializado a pessoas com deficiência. O Projeto Vida Nova presta atendimento especializado a pessoas em tratamento por uso de substâncias psicoativas.

Considerações Finais

No discurso de representantes das instituições presentes nos Cursos e cuja ação redundou no mapeamento das Redes de Proteção nas cidades, existe, explicitamente, o desejo de desenvolver o trabalho em rede. Entretanto, são inúmeros os conflitos que vêm dificultando e em alguns casos impossibilitando a ação articulada e horizontal entre as instituições.

Tal discurso foi sendo elaborado no decorrer do curso, sendo que mediante a aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP foi possível elaborarmos com maior clareza a realidade do trabalho desenvolvido pelos/as profissionais participantes do curso bem como seus desejos de mudança e também suas idéias para realizá-las.

A matriz do DRP foi REALIDADE/ DESEJO/ COMO? Os registros elaborados se encontram a seguir:

Grupo 1

Realidade

- Falta de comunicação – local e região; Conhecimento do trabalho em rede – local e região; Falta de capacitação (educar o educador); Falta de interesse (profissionais e governo); Preconceito com a temática por parte dos setores de educação, saúde e assistência; Desrespeito à diversidade e os valores; Falta de espaço para discussão.

Desejo

- Efetivar o trabalho em rede; Comunicação participativa; Criar espaços de capacitação (cursos, seminários); Criar espaços para trocas de experiências; Capacitação de multiplicadores (educadores em sexualidade, DST/AIDS, saúde global); Sexualidade com responsabilidade.

Como?

- Criação de uma Rede ou Fórum regional com personalidade jurídica para o fortalecimento de nossas ações; Buscar parcerias para a criação/efetivação dessa Rede/Fórum; Mapear a região, listar interessados, criar banco de informações.

Elizete (Lavras), Fátima (Lavras), Irlene (Oliveira), Maria Hipólita (Bom Sucesso), Margarida (Carrancas), Manoelina (Carmo da Cachoeira), Jacqueline (Varginha), Humberto (Lavras).

Grupo 2

Realidade

- Falta de interação entre as redes; Pouca participação popular; Falta de recursos financeiros para a realização de projetos; Pouco envolvimento da família; Falta de capacitação dos profissionais; Falta de justiça social.

Desejo

- Estimular o trabalho em equipe; Divulgação do serviço prestado; Reconhecer a importância dos projetos para liberação de verbas; Integração famílias e redes de proteção; Qualificação profissional; Justiça, igualdade.

Como?

- Através de capacitação, palestras e oficinas; Panfletos, conscientização, passeatas, teatros; Buscar parcerias e eventos; Usando meios de comunicação para divulgação (televisão, rádio, etc); Através de educação continuada, seleção e treinamento; Mais seriedade nas aplicações das leis.

Cida, Cristina, Vicente, Elisa, Eveline, Geraldo, Heloísa, Cleuza, Marco Antônio, Maria, Urbana, Márcia, Patrícia, Dulcinéia.

Grupo 3

Realidade

- Desunião dentro da rede de proteção; Falta de incentivo; Falta de recursos materiais; Falta de informação por parte das redes.

Desejo

- Trabalhar em união (redes de proteção); Reconhecimento e motivação; Maior disponibilidade de materiais; Que essas informações cheguem diretas e eficazes.

Como?

- Comunicação, trabalhos em grupo, palestras, divulgação; Conhecendo e valorizando os trabalhos feitos pelas entidades; Usando a verba que é destinada para este fim; Aperfeiçoando as (redes) informações entre as redes.

Geralda, Maria Inês, Janaina, Ana Cristina, Tatiana, José Augusto, Marília, Wanderlúcia, Rafaela, Elaine.

Grupo 4

Realidade

- Falta de perfil do profissional; Dificuldade de trabalhar em rede; Falta de flexibilidade no diálogo em relação a sexualidade (família, escola, PSF's, conselho tutelar, outros); Curiosidade da criança, adolescente, jovens e adultos (sexualidade); Falta de incentivo governamental; Falta de apoio legal; Desinformação.

Desejo

- Trabalho interdisciplinar; Treinamento adequado aos profissionais; Viabilidade do processo; Parcerias (rede articulada); Políticas públicas mais comprometidas e atuantes.

Como?

- Investindo em: treinamento, comunicação, informação; Profissionais comprometidos e integrados; Apoio de instâncias superiores; Material adequado para o desenvolvimento e aplicação das atividades; Acolhimento (saber ouvir e respeitar as crianças, adolescentes e jovens de acordo com a sua linguagem).

Ângela Dantas de Maria (Bom Sucesso), Rodrigo N. de Oliveira (Bom Sucesso), Alaíde Maria de Souza Sena (Lavras), Patrícia Cristina Costa Pedro (Lavras), Magda Pereira Bauduíno Lasmar (Perdões), Iara Ticiara Oliveira dos Santos (Perdões), Mauda Andrade Cardoso (Perdões), Simone Fernandes (Lavras), Tatiane Aparecida Tomaz (Lavras)

Grupo 5

Realidade

- Falta de formação e informação gerando interferências inadequadas; Dificuldade de vínculo com o público-alvo (criança, adolescente); Repercussão de culturas que interferem no agir do profissional; Preconceitos e medos.

Desejo

- Formar e informar os profissionais, educando-os para agir adequadamente; Criar o vínculo com o público (pais, crianças e adolescentes); Credibilidade dos profissionais; Vencer os preconceitos e os medos.

Como?

- Discussão e informação entre os profissionais continuamente; Buscar melhor relacionamento entre outros órgãos públicos e grupos; Melhorar o relacionamento com as famílias; Cumprir as propostas; Levar informações corretas.

Sabrina (Lavras), Anderson (São Bento Abade), Nadir (São Bento Abade), Janete (São Bento Abade), Priscila (Santana do Jacaré), Marília (Oliveira), Maria Cecília

(Paraguaçu), Roberto (Varginha), Francisco (Varginha).

Grupo 6

Realidade

- Falta de: compromisso, comprometimento, incentivo; Falta de vontade política; Falta de profissional capacitado; Falta de recurso financeiro; Falta a rede – pois falta entrosamento; Falta continuidade – falta de rede de proteção; Falta união; Falta de comunicação, de circulação da informação correta; População exige direitos mas não cumpre deveres.

Desejo

- Que a rede exista de fato; Capacitação continuada; Mais verbas específicas; Criação de serviços e espaços de proteção; Informação contínua e de qualidade; Menos burocracia.

Como?

- Com o comprometimento e vontade dos membros dos conselhos; Todos tendo objetivos em comum; Passar as informações para o setor de comunicação da prefeitura (e que eles também procurem as informações).

Cristine (Oliveira), Keila (Carmo da Cachoeira), Marina (Oliveira), Renata (Oliveira), Águida (Lavras), Vânia (Oliveira), Luciane (Lavras), José Maria (Carrancas), Vanusa (Carmo da Cachoeira).

Grupo 7

Realidade

- Informação e orientação ineficaz; Falta de espaço e protagonismo infanto-juvenil; Falta de comunicação, integração e funcionalidade entre as redes de proteção dos municípios envolvidos.

Desejo

- Maior eficácia nos resultados das orientações e informações; Que nossas crianças, adolescentes e jovens tenham “voz, vez e lugar”; Maior eficácia, integração, comunicação e funcionalidade das redes de proteção.

Como?

- Formação de uma equipe multidisciplinar capacitada para reverter os problemas detectados; Criando oportunidades para maior participação do público infanto-juvenil; Divulgação das redes de proteção através de panfletos informativos de

cada rede; Realizando encontros e seminários para discutir formas de integração entre as redes.

Fabiana (Lavras), Beth (Lavras), Wesley (Santana do Jacaré), Farnçisca (Lavras), Alessandra (Oliveira), Fabiana (Bom Sucesso), Istaél (Bom Sucesso), Tatiana (Oliveira) Mariana (Oliveira), José (Lavras), Luana (Carrancas).

Grupo 8

Realidade

- Falta de interesse político; Falta de formação e informação das pessoas envolvidas (famílias, educadores, políticos); Dificuldade de abordagem e acesso aos temas relacionados com a sexualidade; Falta de recursos financeiros.

Desejo

- Maior interesse político em abordar e trabalhar com os temas, instituições; Equipes capacitadas para formar e informar todas as pessoas envolvidas; Melhor utilização das verbas da saúde e educação.

Como?

- Maior conscientização na escolha dos políticos; Estabelecer parcerias com os profissionais (PSF's, conselhos, educação); Utilizando material didático, atividades e programas educativos.

Kátia, Rosângela, Paula, Renata, Vânia, Elisabeth, Reiziane, Fábio, Eliane.

Grupo 9

Realidade

- Falta de informação; Preconceito; Individualismo; Cidadania de papel; Falta de participação familiar.

Desejo

- Maior esclarecimento; Respeito às diferenças; Trabalho em redes; Prioridade absoluta; Integração – envolvimento.

Como?

- Qualificação – multiplicação; Através de uma educação libertadora; Formando parcerias e estabelecendo responsabilidades; Implementação do ECA; Incorporar as escolas x famílias através de educadores mais sociais e mais

itinerantes.

Geovani (Oliveira), Leidiane (Santana), Rose (Lavras), Valéria (Lavras), Dayana (Santana)

Lúcia (Paraguaçu).

Após a apresentação de todos os grupos houve a discussão sobre o exposto e encaminhou-se a CRIAÇÃO DE UM FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÕES (coordenação: Humberto, Rose, Geovani, Weslei, Priscila, Vicente) e a PUBLICAÇÃO DE UM LIVRO CONTENDO AS EXPERIÊNCIAS PROBLEMATIZADAS (coordenação: Cláudia Ribeiro e equipe de bolsistas).

Mediante o exposto não resta dúvidas de que para se desenvolver o trabalho em rede é necessário uma mudança de paradigmas, já que a rede de proteção é descentralizada e cada integrante é fundamental para tecer os fios que a compõe.

As vivências de cada um foram fundamentais para construirmos tantos conceitos que estão gerando ações concretas em inúmeras cidades já que as cidades que estiveram na formação, a maioria delas, estão se articulando cada vez mais e envolvendo outras cidades que passaram por esse processo de formação com o desejo de mudança.

Sendo assim, a metáfora do rizoma, que de acordo com Gallo in Alves e Garcia (2000), coloca em questão a relação intrínseca entre as várias áreas do saber, sendo que estas áreas são representadas pelas inúmeras linhas fibrosas do rizoma, ilustra o quão complexas são as relações que devem ser estabelecidas na construção de uma rede de proteção que funcione.

Visualizar esta rede e criar metodologias de atuação que envolvam todas as instituições possíveis no desenrolar de questões relevantes a proteção de crianças e adolescentes pode ser uma estratégia inicial.

Porém não existe uma “receita” para a atuação em rede; cada cidade possui uma realidade única e portanto deve pensar nesta realidade e mediante levantamentos como este que se encontram acima começar a lançar novos olhares sobre a rede de proteção.

Dentre os mapeamentos realizados nas cidades citadas, bem como em outras cidades brasileiras, há diferentes maneiras de se organizar as Redes de Proteção. A cidade de Campinas, SP merece foco.

Em Campinas tem se desenvolvido e fortalecido a rede de proteção mediante fluxogramas de atendimento que esclarecem as ações que as pessoas que pertencem a

comunidade, ao conselho tutelar, a profissionais da educação, das áreas de saúde e tantos outros como agir a qual serviço/programa deve procurar para caso de violação dos direitos das crianças e adolescentes. Uma cartilha desenvolvida é a Cartilha de orientação para a erradicação do fenômeno da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes - VDCCA na qual é possível encontrar de maneira clara informações a respeito da identificação e enfrentamento desta.

Sabemos que não é simples tecer redes de proteção atuantes como é desejo de tantos mas é indispensável fazê-lo para oferecer qualidade de vida as crianças e adolescentes brasileiros/as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. e GARCIA, R., L. (orgs.) O sentido da escola. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

GALLO, Silvio. Deleuze e a Educação. Editora Autêntica 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2ª. Ed. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ROM, C.D. 28ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós- Graduação em Educação, FURLANI, Jimena. Sexos Sexualidades e Gêneros – Monstruosidades no Currículo da Educação Sexual, 2005, 12p.

ROM, C.D. 28ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós- Graduação em Educação), LIBÓRIO, Renata. A Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Na Perspectiva de Profissionais da Educação nas Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente, 2005, 17p.

ARANHA, M. L. de A. Violência e cidadania. In: MÁRCIA, K.(org.) *Violência em Debate*. São Paulo: Moderna, 1997. – (Coleção polêmica. Série debate na escola).

YAMASSHIRO, Stu-Co. 2004. *Desconstrução. A crítica que se pretende literatura*. Revista *ângulo*. Disponível em: http://ângulo.fatea.br/ângulo_88/ângulo_88_artigo04.htm. Acesso em 07 de novembro de 2005.

FOUCALUT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 1996. 79p.

GUIA ESCOLAR: *Métodos para identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163p.

FURNISS, 11111

VILELA, Eugénia. Resistência e Acontecimento. As palavras sem centro. IN: Kohan, Walter Omar e Gondra, José. Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.